RIO AÇU, CAPITANIA DO RIO GRANDE: SERTÃO, NATUREZA E ESPACIALIDADES NO ASSU SEISCENTISTA (1624 – 1680)

Tyego Franklim da Silva[1]

tyegofranklim@gmail.com

Resumo: O vale do rio Açu, de terras férteis e com água em abundância, foi durante o período de conquista do Rio Grande do Norte colonial uma das regiões que mais atraíram o interesse dos povoadores dos sertões. Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de formação espacial do Açu/Assu, a partir de questões que abrangem a natureza, os grupos indígenas que habitavam o espaço e o início da ação de conquista do território por parte dos agentes europeus. Para tanto, serão abordados relatos de época que nos trazem descrições do espaço no período que se estende entre a invasão holandesa (1624) e o início das concessões de sesmarias na região, por parte da administração portuguesa (1680), tais como crônicas, relatos de viagem e documentos de cunho administrativo.

Palavras-chave; Rio Açu, Sertão do Assu, Capitania do Rio Grande

Abstrat

The river Açu valley, place of fertile land and abundant water was, during the Rio Grande do Norte's colonial conquest days one of the regions that attracted the interest of the backlands inhabitants. This research aims to analyze the spatial formation process of Acu /Assu, from issues covering the nature, indigenous groups that inhabited the space and the beginning of the territory conquest action by European agents. For this, we will analyzed reports of the delimited time that bring us descriptions of space in the period extending between the Dutch invasion (1624) and the beginning of the sesmarias concessions in the region, by the Portuguese administration (1680), such as chronicles, travel reports and administrative nature documents.

Key words: Açu river; Assu backland; Rio Grande Capitany

Introdução

Do Cabugí além, na sertaneja plaga
Que a estiagem flagela e a chuva enche de vida
Onde, a terra, o nordeste acaricia, afaga
Do verde carnaubal a copa ao alto erguida.
(...)

Antonio SOARES

[1] Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrando do Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN) - Área de concentração: *História e Espaços*; linha de pesquisa: "Natureza, Relações Econômico-Sociais e Produção dos Espaços". Bolsista CAPES-DS.

A terra a qual o verso do poeta assuense Antonio Soares, um dos vários homens de verso e prosas da cidade do Assu, se refere é conhecida hoje em dia como a ribeira (ou várzea) do rio Açu, a principal bacia hidrográfica da região central do Rio Grande do Norte. A plaga (região, sítio, ambiente, etc.) sertaneja do interior apresenta um clima semiárido severo com aqueles que se arriscam a habitá-lo. As secas são constantes, porém a ribeira do rio Açu dispõe de água durante quase todo o ano e conta com o "vento Nordeste", arauto da fertilidade, o que faz da ribeira, desde o período colonial, uma área visada pelo interesse daqueles que tentavam fixar-se no sertão. O poeta expôs elementos de seu cotidiano e de sua relação com o lugar, porém são elementos que rompem o tempo e nos remetem ao passado de conquista da região.

Este artigo pretende analisar o processo de formação espacial do Açu/Assu[2], a partir de questões que abrangem as características físicas da região e o início da ação de tomada do espaço por parte dos agentes europeus. O Açu/Assu será visto aqui enquanto um novo espaço colonial, marcado pela ação de desbravamento e conquista por parte dos europeus, toma-se por primeiro passo uma caracterização do ambiente natural e dos povos que ali habitavam a partir dos relatos de contatos com os agentes da colonização. Caracterizar-se-á o território em questão, o espaço que tanto despertou o desejo dos colonizadores. Território aqui entendido enquanto "*um produto socialmente produzido, resultado do histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga*" (MORAES, 2008: 23). A questão aqui levantada é que o rio Açu e as terras de sua várzea tinham e tem a oferecer ao homem. Serão contempladas algumas categorias espaciais presentes no estudo do Açu/Assu, mostrando o sincretismo entre estudos históricos e análises das espacialidades, de forma que o espaço seja compreendido como o resultado das relações socioculturais do homem.

O potencial do Açu para a fixação do homem foi percebido há muito tempo, pois as margens do rio abrigaram grupos indígenas e, desde os primeiros momentos de conquista do território, os desbravadores dos sertões das Capitanias do Norte da América[3] portuguesa já vislumbravam aquele espaço como ideal para a sua fixação. As cheias periódicas e a área de várzea garantiram (e ainda garantem) para o homem boa qualidade da terra para o cultivo de subsistência. Somado a isso, as carnaubeiras (palmeiras típicas da região e de relevante

[2] O termo "Assu" possui várias formas de grafias, sendo que "Açu" designa o rio e a sua bacia hidrográfica, uma das principais do Rio Grande do Norte; "Assu" infere o sentido de região, as porções de terra ao longo do rio ou a cidade; já "Assú" é a grafia menos usual, presente, em grande medida, em antigos trabalhos historiográficos. Desta forma, este trabalho utilizará os termos "rio Açu", "sertão do Assu" e "ribeira do Assu".

[3] O que engloba as capitanias de Pernambuco, Paraíba (ou Paraíba do Norte), Rio Grande e Ceará (ou Siará grande).

importância socioeconômica) compõem uma paisagem que não aparece apenas nas palavras de poetas, mas também nos relatos dos homens que avançaram rumo ao sertão desconhecido durante o período de conquista colonial.

Enquanto conceito, o termo *sertão* abarca uma referência espacial que nos remete a definições como a empregada pela historiadora Janaína Amado, que elucida que no mundo português eram entendidos como sertão os "*espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguos a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam"* (AMADO, 1995: 145-151). Do mesmo modo, de acordo com a historiadora Jacqueline Hermann, sertão infere, no período colonial, o sentido de espaço "não-povoado", não necessariamente árido, "espaço desconhecido, atraente e misterioso a um só tempo que despertava o ímpeto do desbravamento, o sonho do enriquecimento rápido e fácil" (HERMANN, Jacqueline. Apud: VAINFAS, 2000, p. 528-529).

Esboçando o Açu/Assu

O rio Açu nasce em terras da Paraíba (na serra do Piancó, atual município de Bonito de Santa Fé), ainda com o nome de rio Piranhas e adentra o sertão do Rio Grande do Norte, onde recebe o nome de rio Açu, estendendo-se até encontrar o mar em uma foz em forma de delta. Segundo dados da Agência Nacional de Águas (ANA), a bacia hidrográfica do Piranhas-Açu abrange uma área de 42.900 km², distribuídos entre os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte[4]. A bacia está totalmente inserida no clima semiárido, com precipitações pluviométricas médias variando entre 400 e 800 mm anuais, concentradas entre os meses de fevereiro e maio. De acordo com a ANA, a concentração das chuvas em poucos meses do ano, somada à geomorfologia da região (caracterizada por solos rasos, formados sobre um substrato cristalino, com baixa capacidade de armazenamento) é responsável pelo caráter intermitente dos rios da região. O rio Piranhas-Açu, principal da bacia, tem 405 km de extensão e, apesar dos períodos de secas, ele caracteriza-se por sua perenidade, apresentando boa demanda de água ao longo de todo o ano, além da potencialidade de extração de água em cacimbas ao longo do seu leito.

Mapa 01 – Principais rios da porção que hoje engloba o Rio Grande do Norte

[4] BRASIL. Termos de referência para a elaboração do Plano de recursos hídricos da bacia do rio Piranhas-Açu. **Agência Nacional de Águas**. 2010. Disponível em: < http://piranhasacu.ana.gov.br/>, acessado em 24 de março de 2014.



Fonte: Elaboração do autor, com base no programa de georreferenciamento *Google Earth.* Com contorno da atual demarcação política do estado do RN.

Para o esboço de uma caracterização do Açu/Assu e dos grupos indígenas que habitavam o território é necessário constatar, em primeiro lugar, que as informações que se encontram de seu passado colonial estão em documentos produzidos pelos agentes europeus do processo de conquista. Grande parte desta documentação consiste em narrativas e descrições do espaço, com o perceptível interesse em mapear as terras conquistadas da América, sendo este mapeamento um produto cultural, dotado de noções sociais, interesses políticos, bem como resultado das práticas e relações cotidianas entre os sujeitos envolvidos. Jeremy Black destaca a responsabilidade atribuída aos mapas na delimitação das fronteiras, sobretudo no Novo Mundo, pois, segundo o autor, a produção de conhecimento cartográfico passou a ser uma das facetas da autoridade do Estado entre os séculos XVII e XVIII, uma vez que demonstravam o controle sobre as regiões fronteiriças (BLACK, 2005, p. 31). Corroborando com essa ideia, Maria Efigênia L. de Resende atribui à cartografia papel de relevância estratégica no processo de domínio sobre territórios, seja nacionais ou no ultramar (RESENDE, 2007, p. 20).

Esse mapeamento ocorre de forma variada, podendo ser empreendido pela produção de mapas das regiões que estão sob seu controle ou por meio de relatórios e diários de expedições, bem como por crônicas de viagem. A origem destes relatos está na experiência dos agentes da empreitada colonizadora (portugueses e holandeses, no caso deste estudo) em percorrer o espaço. A experiência pode ser classificada de duas formas: “direta e íntima”

ou "indireta", utilizando expressões do geógrafo Yi-Fu Tuan. A primeira consiste na ação de contato direto com o espaço (por exemplo, percorrendo os sertões e instalando pontos de defesa, conhecendo o clima, vegetação, fontes de água, etc.); e a indireta, ocorre por intermédio de alguém ou algo que transmite o conhecimento (TUAN, 1983, p. 14), como os índios que já conheciam aquela região.

Os rios compõem um dos elementos centrais para o estudo do processo de territorialização dos sertões[5] – sobretudo, no caso da capitania do Rio Grande[6], o rio Açu –, o estabelecimento de pontos de ocupação e para os conflitos, pois o acesso à água é um fator crucial para o desenvolvimento de uma comunidade. Yi-Fu Tuan, ao trabalhar o conceito de topofilia , inclui os vales dos rios e as bacias hidrográficas como ambientes de atração permanente do homem, assim como outros ecossistemas, tais como a praia e a ilha (TUAN, 1980, p. 130). Segundo o pesquisador, os rios prometem "uma subsistência fácil por ser um nicho ecológico altamente diversificado: há uma grande variedade de alimentos nos rios, nas planícies de inundação e nas encostas do vale" (TUAN, 1980, p. 134). Além disso, a necessidade constante de água – sobretudo quando se trata de um ambiente semiárido – atrai as pessoas para áreas próximas de leitos de rios. Prova disso é a característica da divisão de terras por meio das sesmarias, que diversas vezes eram solicitadas tendo em destaque a disponibilidade de água nas terras, sendo que os leitos de rios despontam como principal fonte deste elemento, servindo muitas vezes de marco natural para as demarcações.

A natureza e os primeiros senhores do Açu/Assu na tinta dos europeus

Da natureza saiam/saem os elementos necessários para as mais variadas práticas culturais indígenas e – pensando na apropriação do espaço por parte dos índios – o ambiente natural ganha ainda mais relevância, pois fornece (ou revela escassez) os meios necessários para a fixação dos grupos e a sua tomada do território. O conceito de territorialidade desponta

[5] Compreende-se aqui o processo de territorialização dos sertões como o estabelecimento de elementos que proporcionam a apropriação dos espaços pelos conquistadores – estruturas físicas, sociais, jurisdicionais, relações de poder, etc. – transformando o sertão, entendido até então como uma área distante e do qual havia pouco conhecimento, em uma região inserida no território da Coroa portuguesa na América. Segundo o geógrafo Rogério Haesbaert, ao estudar a aplicação de elementos culturais sobre determinadas práticas do espaço, *territorialização* "Significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo "poder" sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de "dominação" e "apropriação" ao mesmo tempo" (HAESBAERT, 2011, p. 97).

[6] Apenas a partir de 1737 a denominação "Rio Grande do Norte" passou a ser utilizada para referência da espacialidade aqui estudada, como forma de diferenciação entre esta capitania e a de São Pedro do Rio Grande do Sul. Como este artigo tem como recorte temporal o século XVII, a denominação utilizada para se referir a capitania ao norte do Estado do Brasil será "Rio Grande".

como basilar para o estudo dos grupos indígenas, devido às relações que eles "possuíam com o ambiente, a partir da cultura e das relações interétnicas", como apontam Ricardo Pinto de Medeiros e Demétrio Mutzenberg (2013, p. 3).

Para o estudo das populações indígenas que habitavam a porção nordeste do Estado do Brasil, ainda no período de contato com os europeus, sobretudo os holandeses (que deixaram boa sorte de fontes), o conceito de territorialidade emprega-se de forma adequada, pois designa as relações desenvolvidas entre os índios e o ambiente natural a partir de suas ações sociais e culturais. Segundo o antropólogo João Pacheco de Oliveira, o conceito de "territorialidade" diferencia-se do de "territorialização", na medida em que designa "um estado ou qualidade inerente a cada cultura", enquanto o de territorialização implica em "um processo social deflagrado pela instância política"[7] (OLIVEIRA, 1998: 71. nota 11).

Trata-se de uma territorialidade constituída pelos povos indígenas ao longo de sua vivência no ambiente, conquistando e definindo seus próprios limites tendo como balizador elementos da própria natureza, qualificada como um produto histórico devido aos processos sociais e culturais ali desenvolvidos. Para Marcel Roncayolo,

> Toda a população (animal ou vegetal) estabelece uma variedade de relações com a área com a qual vive (...) Na área das populações humanas tais relações são todavia medidas por aquilo a que se chama cultura, pelo que a percepção do espaço é dada sobretudo pelas relações que os homens estabelecem entre si. A territorialidade, portanto, longe de ser qualquer coisa que pertence ao instinto, está ligada às condições técnicas, econômicas e sociais e à estrutura do grupo e suas relações com outras populações. (RONCAYOLO, 1986: 290 *Apud* MEDEIROS; MUTZENBERG, 2013: 03)

A natureza encontrada pelos primeiros desbravadores dos sertões da capitania, às margens do Açu, apresentava elementos que compunham uma territorialidade indígena, como o próprio rio (onde pescavam, banhavam-se, etc.), as serras (onde eles encontravam abrigo

[7] O processo de territorialização dos indígenas, impulsionado pela ação da colonização, de acordo com o pensamento de João Pacheco de Oliveira, torna-se evidente a partir da segunda metade do século XVII e nas primeiras décadas do século XVIII, associado com as missões religiosas por meio dos aldeamentos. Segundo o autor, a territorialização ocorre em um processo de "reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado." (OLIVEIRA, 1998, p. 56).

e mel de abelhas) e a vegetação típica[8] (como as carnaúbas, usadas em ritos e jogos). Estas características do ambiente chamaram atenção ao longo do período colonial e até hoje estão presentes na paisagem do vale. As salinas também fazem parte do leque de elementos naturais que caracterizam a várzea do Açu. Localizadas nas praias do delta, referências delas estão presentes em concessões de sesmarias, nas crônicas e mapas produzidos pelos holandeses no século XVII. Ainda em 20 de agosto de 1605, o então capitão mor do Rio Grande, Jerônimo Albuquerque, concedera aos seus filhos Antonio e Matias de Albuquerque "*uma data que são huas salinas que estão corenta leguas daquy para a banda do norte*"[9]. Considerando serem as terras do delta do Açu, o pesquisador Câmara Cascudo infere que esta "orla marítima fora sempre frequentada na extração do sal", devido à sedimentação espontânea, provocada pelas condições do terreno (CASCUDO, 1968: 214). De elemento natural gerador de interesse por parte dos povoadores, as salinas ganharam mais importância para a área de várzea do Açu ao longo do século XVIII, devido ao incremento das oficinas de carne-seca[10].

Entre as primeiras informações documentadas sobre as terras ao longo do rio Açu estão as oriundas das crônicas, relatos de viagem e mapas que os holandeses – representados pela Companhia das Índias Ocidentais (em holandês: West-Indische Compagnie ou WIC) – fizeram ao longo dos trinta anos (1624-1654) que estiveram na América portuguesa. Os relatos e mapas demonstram conhecimento que eles adquiriam ao longo de seu processo de conquista dos principais núcleos populacionais na costa do que se compreende como América portuguesa. Trata-se de descrições e representações do espaço que elucidam um pouco da situação do interior das Capitanias do Norte do Estado do Brasil ainda no século XVII, incluindo a presença dos povos autóctones dentro do território conquistado por eles.

[8] É importante ressaltar que a vegetação típica da área de estudo, no período colonial, era diferente da que se encontra atualmente. A vegetação do bioma caatinga sofreu mudanças ao longo do tempo, tendo ocorrido grande degradação, em um processo conhecido como *desertificação*, provocado pelo desmatamento para a extração de lenha, sobretudo pela instalação de carvoarias e para fornecer energia para os fornos das cerâmicas. No Assu, este fenômeno é ainda mais evidente, pois o polo ceramista da região concentra 30% das cerâmicas e olarias do Rio Grande do Norte (que totalizam 140). (PRUDÊNCIO; CÂNDIDO, 2009, p. 144-156).

[9] AUTO da repartição das terras da Capitania do Rio Grande de 21 de fevereiro de 1614, a que procedeu, de ordem do governador-geral, o capitão-mor de Pernambuco, Alexandre de Moura. **Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 7, n. 1 e 2, p. 1-59, 1909.

[10] As oficinas de carne-seca na capitania do Rio Grande surgiram na primeira metade do século XVIII, concentrando-se nas ribeiras do Açu e Mossoró que, em função da expansão da atividade de charqueamento da carne bovina, "passaram a canalizar a produção da Capitania do Rio Grande do Norte" (ARAÚJO, 1995, p. 24).

O período de invasão e presença holandesa nas possessões portuguesas na América desponta, no olhar da História Ambiental, como o primeiro esforço por parte dos europeus para sistematizar o conhecimento sobre a fauna e flora do novo continente. Como nos informa Regina Horta Duarte, em seu livro *História e Natureza*, as áreas dominadas pelos holandeses foram objeto de uma política diferenciada, seguindo as práticas naturalistas. Segundo a historiadora,

> Foram empreendidos inúmeros levantamentos cartográficos da região e multiplicaram-se estudos sobre a fauna, flora, com ênfase nas propriedades medicinais das várias espécies ou de seus possíveis usos e aclimatação. Vários mapas e gravuras foram realizados, além de publicação de obras. (DUARTE, 2005: 62-63)

A mediação dos índios foi crucial para a obtenção das informações sobre os sertões. Foram as amigáveis relações entre holandeses e os índios considerados tapuias, pelos portugueses, que permitiram o acesso dos agentes da WIC à estrutura social de vários grupos pertencentes à nação Tarairiú, predominantes nos sertões do Seridó e do Assu. Vários cronistas relataram a presença dos Tarairiú no território que abrangia as capitanias da Paraíba, Rio Grande e Ceará, chegando até o rio São Francisco. Segundo Olavo de Medeiros Filho, "a capitania do Rio Grande era o epicentro do domínio dos Tarairiús, que ali habitavam nas bacias dos rios Açu, Apodi e respectivos afluentes" (MEDEIROS FILHO, 1988: 07).

Dentre os cronistas que relataram os contatos entre holandeses e tapuias está Joan Nieuhof, que, em sua obra *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*, de 1682, destacou a forma que as "diversas nações tapuias, principalmente as que estavam sob a autoridade de Janduí, mantinham boas relações com os holandeses com os quais prestaram bom auxílio em várias ocasiões, enquanto se não submetessem a estes...". (NIEUHOF, [1682] 1981: 321).

De acordo com Nieuhof, os tais *tapuias* habitavam a porção interiorana, a Oeste, "ao poente das regiões que se acham sob o domínio dos portugueses e holandeses, entre o Rio Grande, o Rio Ceará e o São Francisco", e estavam divididos em diversas nações, "que se distinguem tanto pela língua como pela denominação" (NIEUHOF, [1682] 1981: 321). A composição da territorialidade dos índios tapuias do Rio Grande, assim como os das demais regiões, englobava uma grande área, onde era possível que o grupo mantivesse suas relações e práticas sociais. Tal característica foi percebida pelos cronistas coloniais. Segundo Nieuhof,

> Os Tapuias levam vida nômade, como a dos árabes, conquanto permaneçam sempre mais ou menos numa mesma área, dentro de cujos limites vão

> mudando de morada, conforma [sic] as diferentes estações do ano. Vivem de preferência no mato, alimentando-se da caça, em cuja atividade eles talvez se avantagem aos que de qualquer outra nação. Chegam a flechar uma ave em pleno vôo. (NIEUHOF, [1682] 1982: 320)

A mobilidade dos tapuias no espaço respeitava os limites de sua territorialidade, não avançando além do seu espaço natural, onde encontrasse alimento e abrigo. Também não se fixavam em determinado local, mantendo suas aldeias em constantes mudanças, motivadas inclusive pelos períodos de safra das frutas. As idas ao litoral, habitado por outros grupos étnicos, inclusive por tupis, não eram descartadas das práticas dos tapuias, que se deslocavam até a costa nos meses de amadurecimento do caju (NIEUHOF, [1682] 1982: 321)

Tema central da obra dos naturalistas da WIC, a descrição da paisagem natural observada em expedições ao interior do continente revelam ainda características da fauna e da flora local, principalmente aquilo que pudesse atrair o interesse da Companhia das Índias Ocidentais. Na várzea do rio Açu, as informações davam conta de que existiam rios e lagos com abundância de peixes, além de animais silvestres e frutas. Ao considerar as longas distâncias entre os núcleos populacionais conquistados pelos holandeses e os demais pontos de apoio (fortes e casas-fortes, por exemplo), as informações relacionadas aos itens de subsistência eram cruciais para a manutenção do território conquistado, pois garantiam a existência e o acesso ao alimento necessário para o abastecimento dos homens.

Ao apontar subsídios para a história da ribeira do Assu[11], o historiador potiguar Olavo de Medeiros Filho recorre ao livro *História Natural do Brasil*, publicado em 1648 por Willem Piso (médico e naturalista holandês) e Georg Marcgraf (matemático e naturalista alemão), ambos a serviço da WIC, devido à descrição que fazem do rio Warerugt, que corresponde ao atual rio Açu[12]. O relato dos naturalistas da expedição de Nassau faz um verdadeiro mapeamento do curso do rio, desde sua foz no oceano Atlântico, informando os principais elementos naturais observados por eles. Descrevem eles que o rio Warerugt,

> também chamado Otschunogh, penetra no continente, em direção ao Austro numa distância de mais de 100 milhas. A uma distância de mais de vinte e cinco milhas do litoral marítimo, acha-se o grande lago Bajatagh com grande

[11] A *Ribeira* é compreendida enquanto categoria espacial aplicável ao estudo do Rio Grande colonial a partir do século XVIII, por inferir uma área administrativa distinta, definida por Oswaldo Lamartine como "distrito rural que compreende um certo número de fazendas de criar gado. Cada ribeira se distingue das outras pelo nome do rio que a banha, e tem, além, um ferro comum a todas as fazendas do distrito, afora aquele que pertence a cada proprietário." ROHAN, Henrique B. Diccionário de Vocábulos brasileiros. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889 apud LAMARTINE, 1984, p. 43. Nas cartas de doação de sesmarias o termo ribeira também aparece como definidor da localidade, informando o principal rio das proximidades das terras solicitadas.

[12] FILHO, Olavo de Medeiros. **Ribeira do Açu:** subsídios para a sua história. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1988. Coleção Mossoroense, série B. n. 535, p. 3.

> abundância de peixes. A esquerda deste, em direção ao nascente, acha-se outro chamado Igtug, pelos indígenas, mas ninguém penetra nele, por causa dos peixes, que mordem, e são muito inimigos do homem. A este fica adjacente o vale Kuniageya, tendo o comprimento de vinte milhas e a largura de duas. Atravessa-o o rio Otschunogh, abundante de peixes; ai se encontra grande abundância de animais silvestres e frutas [sic] (PISO; MARCGRAVE. Apud MEDEIROS FILHO, 1988: 03)

Olavo de Medeiros Filho esclarece que o lago Bajatagh, mencionado no fragmento, corresponde à lagoa do Piató (ver mapa 01), distante poucos quilômetros do lugar onde, no final do século XVII, seria fundado o arraial às margens do Açu, com o nome de Nossa Senhora dos Prazeres. No fragmento também se percebe a origem da nomenclatura recebida pelo rio em sua porção que adentra os sertões da Paraíba: rio Piranhas, nome originário da presença dos peixes "que mordem, e são muito inimigos do homem". As pescas também foram destacadas pelos cronistas, ocorrendo abundância de peixes nos períodos de cheias do Açu. Ainda de acordo com o pesquisador potiguar,

> Os peixes eram tão gordos que dispensavam o uso de gorduras para o seu preparo. Marcgrave descreve que o Bajatagh (Piató), nos meses de março e abril recebia o transbordamento do rio Otschunog (Assú), mal conseguindo as mulheres da tribo transportar todo o peixe pescado, para o acampamento. [Sic] (MEDEIROS FILHO, 2011: 60)

Na obra *Relação da Viagem ao País dos Tapuias*, editada pela primeira vez em Paris, em 1651, o cronista Roulox Baro relata sua convivência entre os índios liderados pelo chefe Janduí, apontando em vários momentos a hospitalidade com que foi recebido. Vários costumes socioculturais dos índios foram descritos por Baro em seu diário de expedição, entre eles itens da alimentação, como a mandioca, os peixes e frutos silvestres. Segundo Baro,

> os jovens continuaram a correr a árvore e as mulheres nos trouxeram bolas de farinha de mandioca brava, certo peixe chamado Piapau, milho, ratos apanhados nas suas roças e caldo. Tendo alguém trazido fumo, todos puseram-se a saltar de alegria, pois assim tinham com que sacrificar ao Diabo, chamá-lo à fala e consultá-lo sobre seus negócios. O último dia de maio foi empregado em lutas e na caça. (MOREAU; BARO, [1651] 1979: 99)

A presença da mandioca entre os principais itens da alimentação dos Tarairiú é um fator de destaque por demonstrar a prática da agricultura entre os índios do sertão. Para os holandeses, as alianças com esses índios eram de grande importância para o desenvolvimento das atividades econômicas da WIC. O próprio Roulox Baro atuou diretamente no estreitamento das relações entre os holandeses e os naturais da terra, pois "foi enviado, quando criança, ao Brasil, na frota das índias Ocidentais, que partiu da Holanda

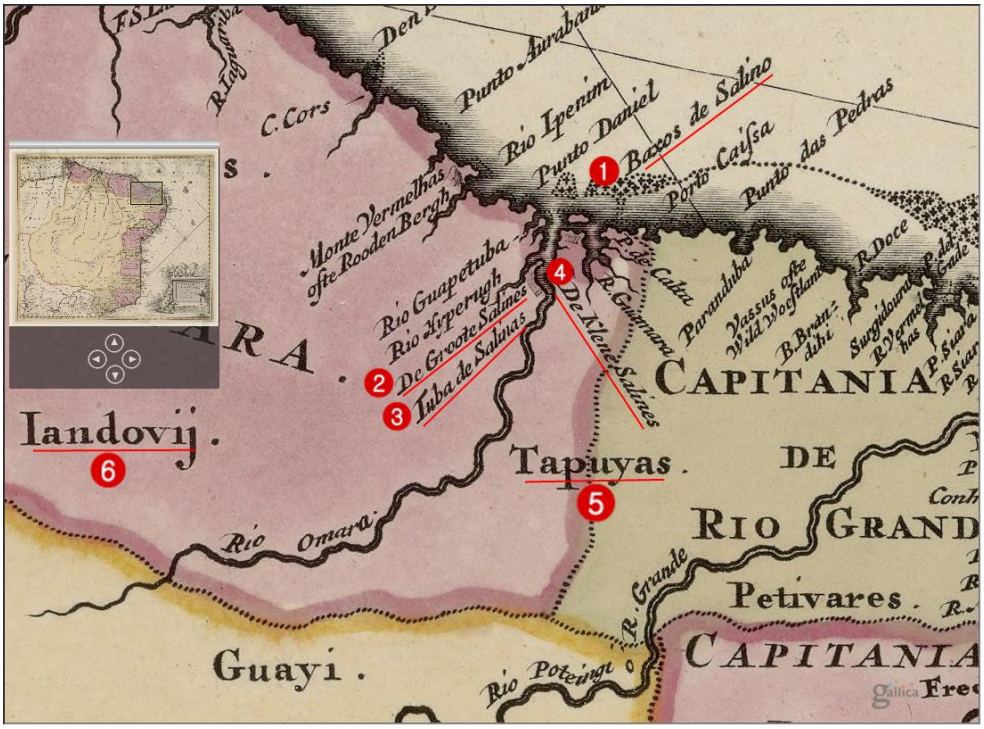
em 1617 e pode ter, atualmente, quarenta anos. Aprendeu, em pouco tempo, a língua do país, privou com os bárbaros e viveu como eles" (MOREAU, BARO, [1651] 1979: 99).

Entre os cartógrafos responsáveis pelo mapeamento das conquistas neerlandesas estavam Georg Marcgraf e Joan Blaeu, que mapearam as possessões da WIC na América. A produção cartográfica acarreta uma postura política por parte de Amsterdã que tinha por objetivo a concretização de sua ação de conquista, criando e propagando conhecimento sobre um território por eles tomado durante um conflito contra a monarquia espanhola, em um período em que a cidade despontava como maior centro econômico da Europa, tida por Fernand Braudel como o centro de uma "economia-mundo"[13], cujo poder de mercado lidava com um território extenso, tanto em termos espaciais quanto socioculturais (BRAUDEL, 1996: 12).

As representações do espaço presente nos mapas holandeses denotam a construção de um processo de elaboração do conhecimento da condição espacial obtida por meio da experiência, dos relatos de indígenas e outros cronistas. Seus mapas trazem características que são comuns aos demais mapas produzidos sobre o Novo Mundo nos século XVI e XVII: detalhamento da topografia do litoral e generalizações para o espaço interiorano. Tal fato ocorre devido ao caráter das expedições empreendidas no período, que pouco adentrava nos sertões.

[13] Segundo Fernand Braudel, a "economia-mundo" é "um fragmento do universo, um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações e trocas internas conferem certa unidade orgânica". A condição de Amsterdã como o centro de uma "economia-mundo" no século XVII está atrelada à presença de uma série de funções desenvolvidas pela cidade, no campo econômico, tais como a função de praça de mercadorias da Europa, centro controlador dos mercados, dos preços e praça de capitais, desenvolvimento de atividades ligadas à agropecuária e a manufatura, e ainda a relação com as regiões periféricas, como as colônias na América. (BRAUDEL, 1996: 12-13).

Figura 01 – Rio Açu no mapa de Joan Blaeu, de 1625.



Fonte: Recorte de BLAEU, Joan. Nova et accurata Brasilae totius tabula. 1625. Bibliothèque Nationale de France, Département Cartes et Plans.

O mapa de Blaeu, *Nova et accurata Brasila e totius tabula*, publicado em 1625, revela características da apropriação e interpretação do espaço por parte dos holandeses e índios. Nele, o rio Açu aparece com a denominação de "Rio Omara", tendo sua localização inserida no território administrativo da capitania do Ceará, fato que se repete em outros mapas holandeses, que convencionam que a divisa das capitanias era o rio Açu. Próximo de sua foz pode-se observar as expressões *Baxos de Salino* (1)*, De Groote Salines* (2)*, Iuba de Salinas* (3) e *De Klene Salines* (4), referenciando a existência dos bancos naturais de extração do sal. O termo *Tapuyas* (5) aparece em vários pontos do mapa[14], denotando a área onde os índios são encontrados, porções do seu território que são referenciados de forma genérica por todo o mapa, havendo, em alguns pontos, especificação da presença de determinado grupo, como é o caso dos *Ianduij* (Janduí) (6) à esquerda do Açu.

A presença da representação espacial da localidade onde habitavam os Janduí demonstra ainda certa aproximação entre este grupo e os holandeses, levando à sua diferenciação tanto na cartografia quanto nas crônicas. Distinguiram-se os Janduí dos demais grupos, generalizados enquanto "Tapuias" no mapa. As boas relações e as alianças feitas

[14] A imprecisão ao determinar os territórios indígenas fazia com que os cartógrafos dos séculos XVI e XVII apontassem nos mapas a presença deles sem maiores detalhes, geralmente, como acontece no mapa de Jean Blaeu, a porção interiorana do continente é classificada como território dos tapuias.

entre os holandeses e o chefe Janduí, ao longo do período de instalação da WIC na capitania do Rio Grande, justificava o destaque dado ao grupo e a outros da nação Tarairiú, fator que permitiu a continuidade dos invasores nas possessões portuguesa, tanto pelo auxílio no desbravamento do ambiente quanto como força armada nos combates. Por outro lado, para os portugueses essas alianças colocaram os Janduí e demais grupos Tarairiú na condição de inimigos da Coroa, de acordo com a legislação vigente.

A partir da década de 1680, umas séries de conflitos entre os desbravadores do sertão e grupos indígenas da nação Tarairiú, no território das capitanias do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba colonial e tendo como justificativa a "guerra justa"[15], fizeram com que o cotidiano daquelas áreas fosse inserido nos anseios da administração portuguesa no Estado do Brasil. Estes desbravadores agiam dentro do processo de territorialização do espaço, adentrando os sertões com seu gado e solicitando sesmarias em terás ocupadas pelos grupos indígenas. Os conflitos gerados por esta ação ficaram conhecidos como *Guerra dos Bárbaros.* No livro "A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil (1650-1720)", publicado em 2002, e que já está consagrado como um clássico para o estudo do fenômeno, Pedro Puntoni, define a Guerra dos Bárbaros como a série de conflitos entre os povos indígenas e os novos moradores, que se estenderam por toda a segunda metade do século XVII até as primeiras duas décadas do XVIII por todo o norte do Estado do Brasil. Apesar de seu caráter generalista, a guerra teve como principal espaço de ação a capitania do Rio Grande, sobretudo a ribeira do rio Açu.

Foi no sertão do Assu que a Guerra dos Bárbaros teve maior relevância[16], tanto pelo dispêndio de forças bélicas e das despesas no combate contra indígenas rebelados, quanto pelos arranjos sociais desenvolvidos a partir da inserção de novos agentes (oficiais dos

[15] Condição que permitiria a guerra contra grupos indígenas e sua redução à escravidão. Eram permitidas guerras justas em caso de "recusa da conversão ou o impedimento da propagação da fé, a prática de hostilidades contra vassalos e aliados dos portugueses (especialmente a violência contra pregadores, ligada à primeira causa) e a quebra de pactos celebrados" (PERRONE-MOISÉS, 1992: 123-124)..

[16] A intensidade das ações bélicas no sertão do Assu fez com que o fenômeno também fosse denominado de "Guerra do Açu".CASCUDO. op. cit., 1955: 95.

terços[17] oriundos da capitania de Pernambuco e, posteriormente, do Terço dos Paulistas[18]) na formação da sociedade local[19]. Por conseguinte, diversas etnias foram totalmente dizimadas. As remanescentes acabaram por serem aldeadas (sobretudo as aliadas dos portugueses) e, posteriormente, foram incorporadas à sociedade sob variadas formas[20]. A solução para os impasses com os índios foi alcançada com a presença efetiva de um considerável contingente militar na região. Os bandeirantes do Terço dos Paulistas foram vistos pelo Governo Geral como a melhor opção, pois construíram fama na colônia por suas práticas eficazes em conter as rebeliões de escravos e em apresar gentios ariscos, embora essa fama fosse vista de forma bastante negativa por alguns. Somente a partir da presença dos ditos "paulistas", o conflito finalmente passou a ser mais favorável para o lado do colonizador[21].

A série de eventos que circundam a Guerra dos Bárbaros no Assu vai de 1680 à 1716, período este que pode ser dividido de três formas (ou três formas de se perceber as ações dos agentes envolvidos no conflito): o primeiro diz respeito ao avanço da colonização, inicialmente, devido às concessões de sesmarias e, posteriormente, pela introdução de tropas militares para combater as rebeliões indígenas; o segundo momento começa justamente com a entrada do Terço dos Paulistas na guerra, momento marcado pelas disputas de poder entre o mestre de campo do terço, Manuel Álvares de Morais Navarro[22], e o capitão mor do Rio

[17] Em seu dicionário, Raphael Bluteau define o terço como "porção de soldados que tem variado no número de companhias, quase um regimento; terços auxiliares tinham por chefes os Mestres de Campo, e agora Coronéis. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario>

[18] O termo "Terço dos Paulistas" foi usado para designar o terço militar formado para atender a ordem régia de 1695. Em 1698, o novo terço reuniu-se pela primeira vez, na Bahia, com dez companhias em sua composição. Para mais informações, consultar o capitulo "O Terço dos Paulistas", in: PUNTONI, op., cit., 2002: 181-224. Apesar do termo, nem todos os membros das companhias militares que formavam o Terço dos Paulistas e que participaram da Guerra dos Bárbaros eram de oriundos da capitania de São Paulo. Muitos moradores das capitanias do norte do Estado do Brasil, além de índios de tribos aliadas dos portugueses, ingressaram nas forças de combate aos grupos indígenas que hostilizavam a presença dos povoadores.

[19] JESUS, Mirian Silva de. **Abrindo Espaços**: os "paulistas" na formação da capitania do Rio Grande. Natal, 2007. 120 p. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. p.76.

[20] Inclusive ingressando nas tropas militares que reprimiram os levantes indígenas.

[21] Seguindo o exemplo do conflito em Palmares, quando a situação tornou-se somente favorável para as forças portuguesas quando os paulistas foram inseridos no conflito. Para mais informações, ver SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial**. Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII.

[22] Sobre a ação de Manuel Álvares de Morais Navarro na Guerra dos Bárbaros no sertão do Assu e a aplicação da "guerra justa" contra os índios considerados hostis, ver: SILVA, Tyego Franklim da. **O homem da guerra**: Manuel Álvares de Morais Navarro e a Guerra Justa na Campanha do Assu. Historien (Petrolina), v. 2, p. 216-229, 2014.

Grande, Bernardo Vieira de Melo[23]; já o terceiro período é posterior ao mandato do capitão mor Bernardo Vieira de Melo no poder, caracterizado pelos conflitos gerados pelo processo de retomada do povoamento dos sertões da capitania, já livre dos ataques dos indígenas, uma vez que as terras conquistadas pelos militares foram prometidas a eles como prêmio por sua ajuda na guerra, porém elas haviam sido concedidas a outros sesmeiros antes do conflito.

Considerações Finais

Ainda há muito que se pesquisar sobre os sertões da capitania do Rio Grande (ou de todo o Brasil colonial), principalmente no que diz respeito às formas de apropriação do ambiente natural no processo de conquista e povoamento dos territórios. Compreender a produção dos espaços coloniais, relacionando-os com a natureza, deve ser uma preocupação constante por parte dos pesquisadores, de forma a trabalhar a historicidade presente nas relações entre o homem, a natureza e os espaços que ocupam.

O período de conquista do Rio Grande colonial foi marcado pelos contatos entre os grupos indígenas e os agentes da empreitada colonizadora, tanto holandeses quanto portugueses. Esses contatos geraram uma forma peculiar de compreender e de relacionar-se com o espaço em questão, a partir de um contato direto e íntimo com a natureza. No caso das Capitanias do Norte do Estado do Brasil, esse contato revelou duas espacialidades distintas: o litoral e o sertão, este último caracterizado pelo desconhecimento, ausência de informações sobre o território a ser conquistado.

O que era desconhecido passou a ser mapeado e compreendido, a partir das ações de experimentação do espaço, seja pelo caminhar no sertão, seja por intermédio dos próprios indígenas. A natureza foi descoberta e logo formas de apropriar-se dela foram desenvolvidas. Os rios, as serras, as lagoas... elementos que fizeram parte das experiências daqueles homens e que permitiram o mapeamento dos sertões. Dessa forma, o serão foi territorializado, foram criadas as estruturas necessárias para a elevação de lugares onde a presença do colonizador era necessária, sobretudo para a manutenção da posse do território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[23] É necessário destacar que na documentação referente à este segundo momento do conflito há uma lacuna nos registros de concessão de sesmarias no Rio Grande, fato ainda a ser investigado com mais afinco.

AMADO, Janaína. "Região, Sertão, Nação". **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8., n.15, 1995, p.145-151.

ARAÚJO, Douglas. **Surgimento e Decadência das Oficinas de Carne Seca do RN**. Natal: UFRN, Coleção Humanas Letras, 1994.

BLACK, Jeremy. **Mapas e história**: construindo imagens do passado. Trad. Cleide Rapucci, Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez e latino** (1712 a 1721). Disponível em http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario

BRAUDEL, Fernand. As divisões do espaço e do tempo na Europa. In: _____. **Civilização material, econômica e capitalismo**: séculos XV – XVIII. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 11 – 58.

BRASIL. Termos de referência para a elaboração do Plano de recursos hídricos da bacia do rio Piranhas-Açu. **Agência Nacional de Águas**. 2010. Disponível em: < http://piranhasacu.ana.gov.br/>, acessado em 24 de março de 2014.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário portuguez e latino** (1712 a 1721). Disponível em http://www.brasiliana.usp.br/en/dicionario

CASCUDO, Luiz da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional. 1955.

_____. **Nomes da terra**: história, geografia e toponímia do Rio Grande do Norte. Natal: Fundação José Augusto, 1968.

DUARTE, Regina Horta. **Historia e Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2011.

INSTITUTO de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande Do Norte – IDEMA. **Anuário Estatístico do RN**. Natal, v. 37. p. 606, 2010.

JESUS, Mirian Silva de. **Abrindo Espaços**: os "paulistas" na formação da capitania do Rio Grande. Natal, 2007. 120 p. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: EdUFRN, 2008. 3 ed.

MEDEIROS FILHO, Olavo. **Índios do Açu e Seridó**. Natal: Sebo Vermelho, 2011.

_____. **Ribeira do Açu**. Subsídios para a sua história. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1988. Coleção Mossoroense, série B. n. 535.

MEDEIROS, Ricardo P. de. Povos indígenas nas guerras e conquista do sertão nordestino no período colonial. **Clio - Série Revista de Pesquisa Histórica**, 2008. n. 26-2. p. 331-361.

MEDEIROS, Ricardo P. de; MUTZENBERG, Demétrio. Cartografia histórica dos povos indígenas em Pernambuco no século XVIII. **Revista Clio Arqueológica**, 2013. v. 28, n. 2. p. 1-19.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2008.

MOREAU, Pierre; BARO, Roulox. **História das Últimas Lutas Entre Holandeses e Portugueses Relação da viagem ao País dos Tapuias**. [1651]. Tradução e notas Lêda Boechat Rodrigues; nota introdutória José Honório Rodrigues. Belo Horizonte/ São Paulo, Ed. Itatiaia/ Edusp, 1979.

NAVARRO, Jurandyr. **Rio Grande do Norte**: os notáveis do 500 anos. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2004.

NIEUHOF, Joan. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**. Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Edusp, 1981. Traduzido do Inglês por Moacir N. Vasconcelos. Confronto com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica biográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais**. Mana[online]. 1998, vol.4, n.1, pp. 47-77.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos – Os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 116-117.

PRUDÊNCIO, Marivan Almeida; CÂNDIDO, Daniela Karina. Degradação da vegetação nativa do município de Assú/RN: indicadores e ações mitigadoras. **Sociedade e Território**, Natal, v. 21, nº 1 – 2 (Edição Especial), p. 144 -156, jan./dez. 2009.

RESENDE, Maria E. L. Introdução. In: RESENDE; VILLALTA, **As Minas Setecentistas**: História das Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 19-23.

RONCAYOLO, Marcel. Território.In: ROMANO, Ruggiero. **Enciclopédia Einaudi**. Volume 8. Região. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. p. 262-290.

ROHAN, Henrique B. **Diccionário de Vocábulos brasileiros**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889 apud LAMARTINE, 1984, p. 43.

SILVA, Kalina Vanderlei. **O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial**. Militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII.

SILVA, Tyego Franklim da. **O homem da guerra**: Manuel Álvares de Morais Navarro e a Guerra Justa na Campanha do Assu. Historien (Petrolina), v. 2, p. 216-229, 2014.

SOARES, Antônio. **Lira de Poti**. Natal: Imprensa Universitária, 1971.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980

_____. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

Recebido: 04/05/2015

Aprovado: 09/07/2015